



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

379

Agravo de instrumento nº 318311-9 - Comarca do Recife

Agravante: Fabio Luiz de Melo e Silva.

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REABERTURA DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. AGRAVANTE QUE NÃO TEM CAPACIDADE DE EXERCER ATIVIDADES LABORAIS. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Precipitou-se a autarquia agravada em cancelar o benefício auxílio-doença acidentário, espécie 91, sob o argumento de que a incapacidade do obreiro havia cessado. 2. Avaliação de incapacidade realizada em momento anterior aos atestados médicos colacionados pelo agravante e que constata a permanência da sua incapacidade para o labor. 3. Importa levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do segurado, deve ser aproveitado àquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário. 4. Agravo instrumental provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 318311-9, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

375
~

Agravo de instrumento nº 318311-9 – Comarca do Recife

Agravante: Fabio Luiz de Melo e Silva.

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento diante de decisão que indeferiu a tutela antecipada requerida originariamente, no sentido de determinar o imediato restabelecimento do auxílio-doença acidentário, espécie 91, em favor do segurado/agravante.

Em suas razões de fls. 02/20, alega o agravante que se encontra sem condições de exercer atividades laborais, conforme laudos médicos acostados, existindo nexos causais entre as lesões que o acometem e as funções que desempenhava à época do acidente de trabalho sofrido.

Pugna pelo emprestamento do efeito substitutivo ativo ao presente recurso e, no mérito, requer seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Contrarrazões de fls. 326/327, alega o agravado que estão ausentes os requisitos necessários à concessão do benefício previdenciário requerido.

Em decisão interlocutória, de fls. 332/333, houve o deferimento do pedido requerido.

Parecer da Procuradoria de Justiça de fls. 362/363, pelo provimento do agravo de instrumento, de modo que seja mantido o adimplemento do auxílio-doença.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 2 de junho de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 318311-9 – Comarca do Recife

Agravante: Fabio Luiz de Melo e Silva.

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

VOTO

Consta dos autos que o agravante laborava no banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S/A, atualmente, banco Bradesco, na função de caixa, exercendo atividades com movimentos repetitivos e excessivos, quando começou a sentir fortes dores nos cotovelos, nos punhos e nos ombros, sendo diagnosticado com os CIDs: M75.1; M77.0 e M65.2, conforme laudos médicos e documentos acostados, ainda não possuindo condições de exercer atividades laborativas.

Embora a autarquia previdenciária tenha concluído pela ausência de incapacidade total da obreira ao trabalho, os atestados e documentos mencionados demonstram a verossimilhança das alegações quanto à necessária reativação do auxílio doença acidentário espécie 91, pois as lesões que acometem a recorrente, decorrentes de suas atividades laborais, impossibilitam-no de desempenhá-las.

Com efeito, inobstante os atestados juntados aos autos pelo agravante sejam firmados por médicos particulares e estejam com confronto com os laudos avaliatórios da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do obreiro, merece ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, dada a sua situação de hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário (Confirmam-se precedentes deste Sodalício: AI 207101-4, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 05/08/2010 e AI 212427-6, 2CDP, rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgado em 15/07/2010)).

Diante de todo o exposto, voto pelo provimento do presente agravo de instrumento, determinando que seja reaberto o benefício auxílio-doença, espécie 91, em favor da agravante.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator